



PREFEITURA DE

**CAMPOS**

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DIFUSOS

Pregão Presencial nº 033/2023

Processo nº 2023.069.000041-6-PR

Data: 21/12/2023

|             |    |
|-------------|----|
| Comissão    | 31 |
| Permanência | py |
| de          |    |
| Licitação   |    |
| Processo nº |    |

# Pregão Presencial nº 033/2023

**Processo nº 2023.069.000041-6-PR**

## 1- PREÂMBULO

**1.1-** Torna-se público para conhecimento dos interessados, que, na Sala de Reunião de Licitação da **Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, situada à Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado nº 47 - Pq. Santo Amaro, Telefone nº (22) 98175-2073**, será realizada a licitação na modalidade **Pregão Presencial**, cujo Edital recebeu o nº **033/2023** para a contratação do objeto abaixo descrito.

**1.2-** A Licitação será do tipo **menor preço** e será regida pela Lei nº 10.520, de 17/07/2002, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações da Lei nº 8.883/94, Decreto Municipal nº 065, de 16/02/05, pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, bem como pelas cláusulas e condições constantes deste Edital.

**1.3.** Os documentos para habilitação bem como a proposta deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (**nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope**), às **10h (dez horas) do dia 18 de janeiro de 2024**, no local indicado no subitem 1.1, ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para realização desta licitação.

**1.4.** Integram este Edital, independentemente de transcrição:

- 1.4.1- Formulário de Proposta - Anexo I**
- 1.4.2- Minuta de Contrato- Anexo II**
- 1.4.3- Modelo de Carta de Credenciamento - Anexo III**
- 1.4.4- Modelo de Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas - Anexo IV**
- 1.4.5- Modelo de Declaração de que cumpre os Requisitos de Habilitação - Anexo V**
- 1.4.6- Modelo de Declaração para Microempresa e EPP - Anexo VI**
- 1.4.7- Termo de Referência - Anexo VII**

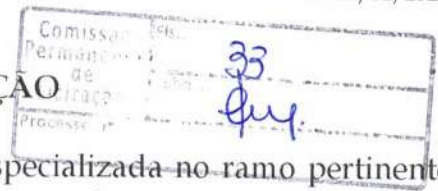
**1.5-** As empresas interessadas em retirar o presente Edital deverão fazer requerimento dirigido ao Pregoeiro solicitando a retirada, em papel timbrado (necessidade de conter os dados da empresa para comunicar, se necessário for, eventual alteração no Edital e seus anexos) e entregar 01 (uma) resma de Papel A4 ou poderão efetuar o download do Edital através do site oficial da PMCG, a saber, <https://campos.rj.gov.br/licitacoes.php>.

## 2- DO OBJETO

**2.1-** O objeto da presente licitação é a **aquisição de 01 (um) veículo, zero km, para atender as demandas do Fundo Municipal dos Direitos Difusos - PROCON de Campos dos Goytacazes**, conforme descrito nos Anexos I e VII deste Edital.







### **3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1- Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto desta licitação, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

3.2- Não serão admitidas a esta licitação empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com a Administração ou impedidas de licitar com a Administração Pública, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

3.3- Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo fim.

3.4- A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

4.1- No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, conforme abaixo:

4.1.1- Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.

4.1.2- Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

a. Carteira de Identidade ou documento equivalente que contenha foto do credenciado;

b. Procuração por instrumento público ou particular ou Carta de Credenciamento, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento esse a ser apresentado, visando a comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.



|             |                      |
|-------------|----------------------|
| Comissão    | 34                   |
| Assinatura  |                      |
| Rubrica:    | Lucy                 |
| Processo nº | 2023.069.000041-6-PR |
| Data:       | 21/12/2023           |

4.1.3- Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, **EM SEPARADO** dos envelopes de documentação e proposta, sob pena da empresa ser considerada sem representação. Em hipótese nenhuma será admitida a abertura dos envelopes para retirada ou inclusão de quaisquer documentos.

4.2- Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores.

4.3- As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, ou aquelas que, por razões diversas, não conseguirem se credenciar no início da sessão, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, e desde que apresentem (em separado dos envelopes de proposta e documentação) os seguinte documentos:

4.3.1 - Cópia do Ato constitutivo (estatuto social, contrato social ou documento equivalente);

4.3.2 - Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação - Anexo V, assinada por pessoa que detenha os necessários poderes); e

4.3.3 - Declaração de Enquadramento (Anexo VI), apenas nas hipóteses em que a empresa deseje usufruir dos benefícios da LC n.º 123/06.

4.4- As empresas licitantes que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas nos itens supramencionados, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todo e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso, inclusive aqueles relativos à fase de Habilitação, atos e decisões formais do Pregoeiro.

4.5- O representante que estiver credenciado pela licitante, somente poderá ausentar-se do local de realização da sessão por motivo devidamente justificado e mediante autorização expressa do Pregoeiro, sob pena da empresa ser considerada sem representação a partir daquele momento.

## 5- DA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - ME ou EPP

5.1 - As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão declarar sua condição, sob as penas da lei, conforme Anexo VI deste Edital.



|             |                      |
|-------------|----------------------|
| Comissão    | 35                   |
| de          |                      |
| atuação     |                      |
| Processo nº | 2023.069.000041-6-PR |
| Data:       | 21/12/2023           |

**5.1.1. A declaração de que trata o subitem anterior deverá ser entregue ao Pregoeiro em separado dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO".**

**5.2 – A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.**

**5.3 – Somente poderão usufruir dos benefícios dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123 as ME's e EPP's, as licitantes devidamente credenciadas de acordo com os itens 4 e 5, e cujo representante esteja presente na sessão do pregão.**

## **6- DA PROPOSTA**

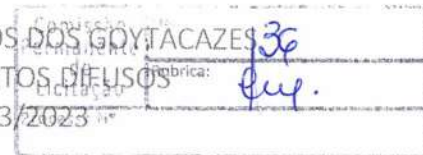
6.1- O Formulário Padronizado de Proposta, referido no subitem 1.4.1, ou Proposta Comercial Automática, ou ainda a proposta elaborada em papel timbrado da licitante deverá ser preenchido pela licitante onde constará:

- a) assinatura do representante legal da empresa;
- b) indicação obrigatória do preço, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como a marca e modelo do produto oferecido;
- c) Na hipótese de não constar na referida proposta a indicação de marca e/ou modelo do objeto cotado pela licitante, o pregoeiro solicitará que o representante da empresa declare qual é a marca e/ou modelo, para fins de registro na ata da sessão, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação pelo pregoeiro. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

6.1.1- Na fase de julgamento das propostas, será verificada a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, podendo o Pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.2- Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital, além daquelas propostas onde não sejam legíveis ou apresentem rasura ou uso de qualquer tipo de corretivo nos valores em algarismo e/ou por extenso, devendo ser utilizado, **PREFERENCIALMENTE**, a **PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA**, conforme arquivo entregue junto ao presente edital.

6.2.1 – Caso não seja apresentada a **PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA**, ressalte-se que a proposta da empresa, apresentada nos formatos previstos neste edital, não será desclassificada. Entretanto, cumpre destacar a importância do preenchimento (na forma automática) para celeridade da sessão pública.



6.3- A PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA deverá ser impressa e apresentada dentro do envelope de Proposta, bem como deve ser salva em CD / DVD / PEN-DRIVE - (O Pen-drive será devolvido a empresa, após a leitura da Proposta Comercial Automática), que também deverá constar no Envelope.

6.4- Sendo utilizado o papel timbrado da empresa licitante, esta deverá através de seu representante legal prestar declaração de que o objeto ofertado atende, INTEGRALMENTE, as especificações constantes no Edital. Na hipótese da referida declaração não constar da proposta, o Pregoeiro solicitará que o representante legal declare de próprio punho na proposta comercial, no momento da abertura dos envelopes. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

6.5- Tanto o Formulário de Proposta (subitem 1.4.1) quanto a Proposta no papel timbrado da licitante, bem como a Proposta Comercial Automática, deverão ser acondicionados em envelope lacrado no qual se identifique, externamente, o nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

6.6- O CNPJ da proponente, habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

## 7- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

7.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para proposta e a habilitação. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: "PROPOSTA" - "DOCUMENTAÇÃO".

7.2 - Aberta a sessão, o pregoeiro convocará os interessados ou seus representantes para que entreguem, não só os documentos de que trata o subitem anterior, mas toda documentação relativa a presente licitação, quer seja, a declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (podendo ser utilizado o modelo em anexo), toda documentação relativa ao credenciamento (vide item 4), além dos envelopes de "proposta" e "documentação". Tão logo se efetive a entrega destes documentos, o pregoeiro iniciará o credenciamento das licitantes. Encerrado o credenciamento não serão admitidos novos licitantes ao presente certame.

7.2.1- No que tange aos documentos do credenciamento e a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, por serem apresentados em separado dos envelopes, o pregoeiro poderá solicitar a complementação dos mesmos desde que a documentação faltante esteja em poder do representante presente a sessão.

7.3. As empresas que decidirem pelo envio do envelope, sem a participação na fase de lances, conforme definido no subitem 4.3, deverão encaminhar cópia do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, bem como a Declaração de





|           |             |     |
|-----------|-------------|-----|
| LOG-15536 | FILE        | 37  |
| UF        | Assinatura: | ly. |

**Enquadramento como ME ou EPP - Anexo VI (se for o caso), em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto aos citados documentos. A não apresentação dos dois primeiros documentos acarretará no impedimento da empresa em participar do certame; ao passo que a ausência da declaração de enquadramento restringirá tão somente o acesso aos benefícios concedidos pela LC nº 123/06. Por fim, o licitante devidamente credenciado que não apresentar as citadas declarações, poderá preenchê-la(s) de próprio punho na fase inicial do certame.**

7.4. -Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

7.5- Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.6- No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e na ordem crescente, até que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.7- Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.8- A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem crescente dos preços.

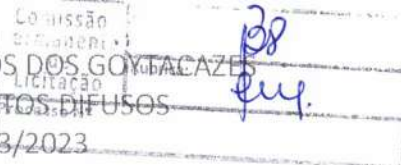
7.9- É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

7.10- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.

7.11- Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item 7.6, o Pregoeiro, atendendo ao que estabelece o Art. 4º. Inciso IX da Lei nº 10.520/02, adotará os seguintes critérios:

7.11.1- Quando houver somente um preço válido proposto, o Pregoeiro convocará as duas melhores propostas subseqüentes, completando o número de três para que seus autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e na ordem crescente, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados;

7.11.2- Quando houver dois preços válidos propostos, o Pregoeiro convocará somente uma proposta subseqüente, visando completar o número de três, para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 7.11.1;



**7.11.3-** Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de três, na forma dos subitens 7.11.1 e 7.11.2, serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;

**7.11.4-** Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas licitantes devidamente credenciadas, aptas para tal fim.

**7.12-** O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

**7.13-** Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

**7.14-** O pregoeiro efetuará o julgamento da proposta de **menor preço por item**, após o encerramento da etapa de lances e eventual exercício do direito de preferência, **podendo negociar diretamente com o licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor**, bem como decidir sobre a sua aceitação.

**7.15-** Somente serão aceitas propostas cujos preços sejam compatíveis com os praticados no mercado, **não sendo admitida, em hipótese nenhuma, a adjudicação do objeto por valor superior ao definido no subitem 16.1** deste Edital.

**7.16-** Sendo aceitável o preço ofertado, o pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de **"HABILITAÇÃO"** da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 8** deste Edital.

**7.17-** Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no **item 8** deste Edital.

**7.18-** No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta **ou** de reprovação da amostra - quando for o caso - apresentada pela licitante, o pregoeiro reabrirá a etapa de lances na forma do **subitem 7.6 e seguintes**.

**7.18.1** Encerrada a nova etapa competitiva e reordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**, sendo analisados os documentos habilitatórios da mesma.

**7.18.2** Na hipótese desta licitante ser inabilitada, será novamente reaberta a etapa de lances, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda às condições fixadas neste Edital.





|             |                      |
|-------------|----------------------|
| Processo nº | 2023.069.000041-6-PR |
| Data:       | 21/12/2023           |
| Rubrica     | 39                   |
| Assinatura  | [Assinatura]         |

7.19- Ocorrendo a hipótese do **subitem 7.18**, o pregoeiro observará o disposto no **subitem 7.14** e poderá, ainda, negociar com a licitante no sentido de se obter melhor proposta.

7.20- Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro.

7.21- Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro.

7.22- O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

7.23- Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todas as empresas licitantes presentes ao final do Pregão.

## 8- DA HABILITAÇÃO

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;
- b) A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- c) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
- d) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
- e) Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

### 8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1- Registro Comercial, no caso de empresa individual;



|                  |      |
|------------------|------|
| Comissão         | Fls. |
| 140              | 140  |
| Data: 21/12/2023 |      |

**8.1.2-** Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**8.1.3-** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

**8.1.4-** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**8.1.5-** Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

## **8.2- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA**

**8.2.1-** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

**8.2.2-** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

**8.2.3-** Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

**8.2.4-** Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal;

**8.2.5-** Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

**8.2.6-** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

**8.2.7-** Prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, exigida no artigo 47, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores;

**8.2.8-** Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

**8.2.9-** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao);

**8.2.10-** Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.





As licitantes deverão declarar que não empregam menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. A declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal deverá ser prestada nos termos do modelo em Anexo.

**8.2.11-** Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

**8.2.12-** Quando o crédito tributário ou trabalhista encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa.

**8.2.13-** Os documentos relacionados no subitem 8.2 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes.

**8.2.14-** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**8.2.14.1-** No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

**8.2.14.2 -** A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, na forma prevista pelo **subitem 7.18**.

### **8.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA**

**8.3.1-** Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses anteriores à data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os Documentos e a Proposta Comercial das licitantes;

Entende-se por "na forma da lei", o seguinte:



|             |                      |
|-------------|----------------------|
| Comissão    | 142                  |
| Assinatura  | Ruy                  |
| Processo nº | 2023.069.000041-6-PR |

Data: 21/12/2023

a) Quando S.A., balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial e publicado em Diário Oficial e jornais de grande circulação (art. 289, caput e § 5º da Lei nº 6.404/76);

b) Quando outra forma societária, balanço patrimonial devidamente registrado pela Junta Comercial ou outro órgão competente do Registro do Comércio. No caso de uma empresa ter registrado legalmente seu contrato social em cartório competente, deverá fazer o registro do balanço patrimonial no mesmo cartório;

c) Aquelas sociedades constituídas a menos de um ano deverão apresentar o balanço de abertura, que deverá conter as assinaturas do contabilista regularmente habilitado e do sócio gerente;

d) Escrituração contábil digital transmitida pelo sistema público de escrituração digital (SPED) pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas;

8.3.1.1 - Nenhuma empresa está dispensada das exigências do subitem anterior, na forma da lei, exceto a microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual - MEI, por força do art. 48 § 5º da Lei Municipal nº 8.768/17.

8.3.1.2- O balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial, ou outro órgão competente, devendo possuir autenticação através de chancela digital, etiqueta, carimbo ou meio legal equivalente, e ainda, deverá estar assinado por Profissional de Contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa licitante.

8.3.2- Comprovação de capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor final do(s) item(ns) efetivamente vencido(s) pela empresa.

8.3.2.1- Em que pese o disposto no subitem 8.3.1.1, na hipótese da comprovação ser realizada por meio de patrimônio líquido, a licitante deverá apresentar o balanço patrimonial exigível na forma da lei.

8.3.2.2- Na hipótese de ser constatado, ao final da sessão, que os itens vencidos por algum licitante superam o limite estabelecido no subitem anterior, o pregoeiro oportunizará ao representante da empresa que informe em que item(ns) pretende figurar como vencedor.

8.3.2.3- Ocorrendo a hipótese do subitem anterior, o pregoeiro identificará o(s) item(ns) remanescente(s); procederá conforme definido na parte final do subitem 7.19 (em cada item, conforme o caso), devendo, após encerrada a etapa de lances, sempre que possível, negociar diretamente com o respectivo(s) licitante(s) para que seja obtido preço melhor; e decidirá sobre a sua aceitação da oferta.

8.3.2.4- Fica estipulado que, ocorrendo o disposto no subitem 8.3.2.1 e estando a empresa sem representação (independente do motivo), caberá ao pregoeiro definir os itens que serão registrados em favor da empresa, devendo ser dada preferência a ordem crescente da planilha de preços (Anexo I).





|             |       |
|-------------|-------|
| Domínio     | 93    |
| Permanência |       |
| Licitação   | Publ. |
| Processo Nº |       |

**8.3.3-** Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes, exceto quando dela constar o prazo de validade.

**8.3.3.1-** Para a licitante sediada na Cidade de Campos dos Goytacazes, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição, sendo dispensada a apresentação do documento exigido no subitem 8.3.4.

**8.3.3.2-** Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, poderá apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos subitens 8.3.3 e 8.3.4, certidão emitida pela instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

**8.3.4-** A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) exigida(s), declaração/certidão passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta deverá ser observada. Por outro lado, se dela não constar prazo de validade, esta será de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

**8.3.4.1-** Na hipótese da Certidão de que trata o subitem 8.3.3 ser emitida pela Corregedoria ou órgão equivalente do respectivo Tribunal de Justiça, será facultativa a apresentação do documento solicitado no subitem anterior.

## **8.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**8.4.1** – Um ou mais atestado (s) de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória do objeto da presente licitação, observando-se que tal (is) atestado (s) não seja (m) emitido (s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações: Nome, CNPJ e endereço completo do emitente; Descrição do produto fornecido ou serviço prestado; Nome da empresa que prestou (s) o (s) serviço (s); Data de emissão; Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

**8.2.4** – Caso a empresa licitante seja revendedora da marca do veículo ofertado, deverá apresentar documento emitido pelo fabricante que comprove autorização para revenda das marcas.

## **8.5- INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO**



|             |                      |
|-------------|----------------------|
| Comissão    | 44                   |
| Assinatura  | <i>[assinatura]</i>  |
| Processo nº | 2023.069.000041-6-PR |
| Data:       | 21/12/2023           |

**8.5.1-** Os interessados em participar desta licitação, inscritos no Cadastro da PMCG, (CRC), poderão substituir os documentos listados em 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3 pelo Certificado de Registro no referido Cadastro, devidamente atualizado.

**8.5.1.1-** Por Certificado de Registro devidamente atualizado, entenda-se aquele em vigor na data da realização desta licitação.

**8.5.2 -** As licitantes que entregarem o Registro Comercial Individual, Contrato ou o Estatuto Social, devidamente autenticados no momento do credenciamento, estão dispensadas da exigência do item 8.1 na fase de habilitação.

## **8.6- DA DOCUMENTAÇÃO**

**8.6.1-** Os documentos exigidos para esta Licitação poderão ser apresentados em original ou cópia, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto formalmente estabelecido. Os funcionários do Setor de Licitações não autenticarão documentos, cabendo ao Pregoeiro e/ou Comissão apenas as atribuições de receber, examinar e julgar os documentos. Os documentos e certidões emitidas pela Internet terão, conforme o caso, sua autenticidade verificada no momento do certame. Caso a licitante opte por entregar os documentos originais, tanto no credenciamento quanto no envelope de documentação, deve estar ciente de que aqueles não serão devolvidos em hipótese nenhuma.

## **9- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**9.1-** Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**9.2-** A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará decadência do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

## **10- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1-** A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.





**10.2- A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.2.14.1 sujeitará o licitante à aplicação das sanções previstas neste item.**

**10.3- O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.**

**10.4- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.**

**10.5- Em caso de atraso no fornecimento, objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor total do material, por dia útil excedente.**

**10.6- Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.**

## **11- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**11.1- A despesa correrá pelo código 14.122.0095.2368.0000 relativo ao Programa de Trabalho e pela Natureza de Despesa 44.90.52.**

## **12- DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

### **12.1- PRAZO DE ENTREGA**

**12.1.1- O prazo para entrega do objeto será de 90 (noventa) dias, conforme item 13 do Termo de Referência (Anexo VII), elaborado pelo Fundo Municipal dos Direitos Difusos.**

**12.1.2- O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir a partir da emissão da Ordem Formal de Fornecimento emitido pelo Fundo Municipal dos Direitos Difusos ou da entrega da Nota de Empenho.**

### **12.2- LOCAL DE ENTREGA**

**12.2.1- O vencedor desta licitação terá que entregar o que lhe for adjudicado, no local indicado no subitem 13.2 do Termo de Referência, elaborado pelo Fundo Municipal dos Direitos Difusos (Anexo VII do edital).**



### 12.3- FORMA DE FORNECIMENTO

12.3.1- O objeto desta licitação, se contratado, será fornecido de forma integral.

### 13- DA CONTRATAÇÃO

13.1 - O prazo para assinatura do Contrato será de no máximo 03 (três) dias úteis, contados da convocação do FMDD para a sua formalização, devendo a(s) empresa(s) estar(em) portando os certificados de regularidade perante o INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

### 14- DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

14.1 - As solicitações de esclarecimentos e as impugnações editalícias poderão ser protocoladas no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro - Campos/RJ, das 10 às 17 horas de segunda à sexta-feira, exceto feriados do Município de Campos dos Goytacazes ou Nacionais ou enviadas para o e-mail [pregao@campos.rj.gov.br](mailto:pregao@campos.rj.gov.br).

14.2- Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa ou empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

### 15- DO VALOR

15.1 - Estima-se o valor total desta licitação em R\$ 126.503,75 (cento e vinte seis mil, quinhentos e três reais e setenta e cinco centavos).

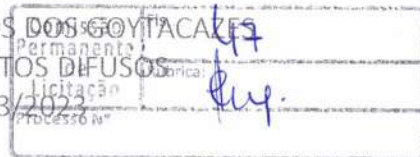
### 16- DO PAGAMENTO

16.1 - Pelo fornecimento do objeto deste Edital, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, a CONTRATANTE pagará à contratada, a importância total que vier a ser pactuada, até 30 dias após a entrega e de acordo com o disposto no **Termo de Referência (anexo VII do edital)**.

16.2- A contratada deverá apresentar a documentação legalmente exigível para a cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil da data final do período de adimplemento da parcela de obrigação, mediante requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Fazenda, através do Protocolo Geral.

16.3 - Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos em estrita observância aos dados contidos na respectiva Nota de Empenho.





**16.4-** O pagamento da obrigação, não sendo efetuado no prazo previsto e, desde que o atraso decorra de culpa do FMDD, será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) de multa calculado sobre a parcela devida. A compensação financeira será de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, calculada sobre a parcela devida.

**16.5-** O pagamento da multa e da compensação financeira, a que se refere o subitem 16.4, será efetivado mediante autorização expressa do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Campos dos Goytacazes, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da contratada, dirigido ao Ilustríssimo Senhor Presidente do Fundo Municipal dos Direitos Difusos - PROCON.

**16.6-** Caso o FMDD efetue o pagamento devido à contratada, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida, 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de antecipação;

**16.7-** Na hipótese da cobrança apresentar erros, o FMDD devolverá os documentos equivocados à contratada, para fins de substituição.

**16.7.1-** O pagamento, após apresentação da nova cobrança, será efetuado no prazo que remanescer dos 30 (trinta) dias a que se refere este edital, sem a multa e a compensação financeira estipuladas neste instrumento convocatório;

**16.8-** Fica vedado à contratada negociar, efetuar cobrança ou descontar a duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante.

## **17- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**17.1-** Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

**17.2-** É facultado ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

**17.3-** O Pregoeiro dirimirá as dúvidas que suscitem a presente licitação, desde que argüidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para abertura dos envelopes.

**17.4-** Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

**17.5-** Todos os atos praticados pelo Pregoeiro e/ou pelo Ordenador de despesa serão publicados no Diário Oficial do Município.



PREFEITURA DE  
**CAMPOS**  
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES  
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DIFUSOS  
Pregão Presencial nº 033/2023

|             |      |
|-------------|------|
| Comissão    | Fls. |
| Processo nº | 418  |
| Assinatura  | ky   |

Processo nº 2023.069.000041-6-PR  
Data: 21/12/2023

17.6- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente.

17.7- O Município de Campos dos Goytacazes poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

17.8- Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Campos dos Goytacazes, excluído qualquer outro.

Campos dos Goytacazes, 21 de dezembro de 2023

Carlos Fernando Monteiro da Silva

Presidente do Fundo Municipal de Direitos Difusos





## Anexo I - Proposta Comercial

| ITEM | DESCRIÇÃO<br>(Conforme especificação do item<br>3 do Termo de Referência) | QUANT | UND   | MARCA/<br>MODELO | PREÇO<br>UNITÁRIO EM<br>ALGARISMOS<br>(R\$) | PREÇO TOTAL<br>EM<br>ALGARISMOS<br>(R\$) |
|------|---|-------|-------|------------------|---|--|
| 01   | Veículo Novo, Minivan, Zero<br>Km;  | 01    | Unid. |                  |   |  |

Os preços apresentados consideram todas as exigências, quantidades e especificações técnicas contidas no Edital de Pregão Presencial nº 033/2023 e seus anexos, e ainda, todos custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre os serviços.

A validade e condições desta proposta são de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial nº 033/2023, para a abertura dos envelopes contendo a documentação e Proposta Comercial das licitantes.

Declaro, sob as penas da lei, que o(s) objeto(s) ofertado(s) atende(m) a todas as especificações constantes no Edital.

Campos dos Goytacazes, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante  
Legal ou Preposto da Licitante e carimbo



## Anexo II - Minuta de Contrato

CONTRATO Nº \_\_\_\_/2023

CONTRATO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O FMDD E A EMPRESA

O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DIFUSOS - PROCON, com sede na Rua \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ/MF do Ministério da Fazenda sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada, simplesmente, CONTRATANTE, neste ato representada pelo Ilustríssimo Presidente do Fundo Municipal dos Direitos Difusos \_\_\_\_\_, nos termos do Decreto Municipal nº 365/2009 e a empresa \_\_\_\_\_ doravante denominado simplesmente, CONTRATADA, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_ neste ato representada pelo seu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, órgão expedidor \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, em decorrência do resultado da LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2023, ajustam entre si o presente CONTRATO, com fundamento na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação da Lei nº 8.883/94, no Decreto Municipal nº 065, de 16 de fevereiro de 2005, e de acordo com o que consta do Processo nº 2023.069000041-6-PR, mediante as seguintes CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente é a aquisição de 01 (um) veículo, zero km, para atender as demandas do Fundo Municipal dos Direitos Difusos - PROCON de Campos dos Goytacazes, conforme descrito nos Anexos I e VII do Edital.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O CONTRATANTE obriga-se a:

- Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;
- Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos, no processo nº 2023.069.000041-6-PR e em tudo o mais que se relacione com o fornecimento objeto deste CONTRATO, desde que não acarrete ônus para o CONTRATANTE ou modificação do instrumento;
- Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do presente Contrato.





### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste CONTRATO, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A CONTRATADA é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do CONTRATO, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital nº 033/2023.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Caberá ainda a CONTRATADA:

- I) arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os bens objeto deste CONTRATO;
- II) entregar nos locais e prazos indicados pela CONTRATANTE;
- III) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;
- IV) responder exclusiva e integralmente, perante o CONTRATANTE pelo fornecimento;
- V) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- VI) substituir, às suas expensas e responsabilidade, os materiais que não estiverem de acordo com as especificações.
- VII) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto deste CONTRATO, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância total de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_).



### CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento do valor devido, conforme proposta da **CONTRATADA**, será efetuado pelo **CONTRATANTE**, após entrega do objeto da licitação, até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, com a discriminação do objeto executado, devidamente atestada e visada pela administração do **CONTRATANTE**.

### CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A presente despesa, no valor global de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_), correrá por conta da Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho \_\_\_\_\_ e pela Natureza de Despesa N.D. \_\_\_\_\_, com cobertura através da Nota Empenho nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irrevogável.

### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

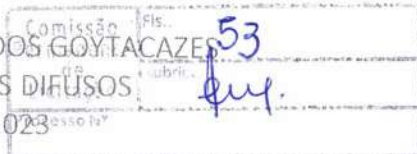
Em caso da **CONTRATADA** ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais comunicações legais.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar a **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da inflação, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A **CONTRATADA** ficará sujeita, em caso de atraso na execução do objeto, à multa moratória de até 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do fornecimento, por dia útil excedente ao prazo estabelecido.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.





## CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos no art.109 da lei n.º 8666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de dá-lo por rescindindo, mediante notificação, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava.

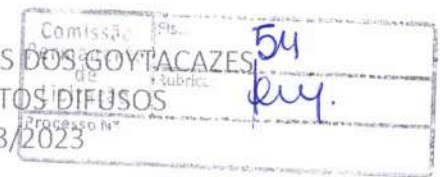
**PARÁGRAFO ÚNICO.** Ficará o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;
- b) Paralisação da entrega sem justa causa ou previa comunicação à administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da **CONTRATADA** com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do **CONTRATANTE**, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;
- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;
- f) Decretação de falência;
- g) Dissolução da empresa;
- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo da administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da **CONTRATADA**;
- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;
- k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n.º 8.666/93.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE ENTREGA



O prazo para entrega do objeto deste contrato será no máximo de 90 (noventa) dias, conforme item 13 do Termo de Referência, elaborado pelo Fundo Municipal dos Direitos Difusos - PROCON (Anexo VII do edital).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A contagem do prazo contratual terá início no dia seguinte ao recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem Formal autorizando o início da execução contratual, a ser emitida pela CONTRATANTE, ou da entrega da Nota de Empenho.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FORMA DE FORNECIMENTO**

O objeto deste contrato será fornecido de forma integral.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE**

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO**

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Pregão Presencial nº 033/2023, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da CONTRATADA, que faz parte integrante desta avença como se transcrito fosse e respectivos anexos do processo administrativo nº 2023.069.000041-6-PR.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente CONTRATO, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Campos dos Goytacazes, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

Contratante:

\_\_\_\_\_  
**FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DIFUSOS**

Contratada:

\_\_\_\_\_

Testemunhas:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_





## Anexo III - Carta de Credenciamento

(Modelo)  
CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr (a)  
....., portador (a) da Cédula  
de Identidade nº ..... e CPF sob o nº .....  
a participar da Licitação instaurada pelo Fundo Municipal dos Direitos Difusos -  
PROCON na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 033/2023, suprarreferenciada, na  
qualidade de *Representante legal da Empresa*, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se  
em ..... nome ..... da ..... empresa  
....., bem  
como formular propostas, negociar preços, interpor recursos, desistir de sua  
interposição, assinar contratos e praticar os demais atos inerentes ao certame.

*[assinatura]*

Campos dos Goytacazes, ..... de ..... de 2023.

\_\_\_\_\_  
Representante legal da empresa



## Anexo IV - Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas

(Modelo)

### DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Presencial nº 033/2023

.....  
(nome da empresa)

inscrita no CNPJ/MF sob o número....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ). *[assinatura]*

Em .....de.....de 2023.

\_\_\_\_\_  
Representante legal da empresa e  
carimbo da licitante

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).





PREFEITURA DE

**CAMPOS**

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES  
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DIFUSOS  
Pregão Presencial nº 033/2023



Processo nº 2023.069.000041-6-PR

Data: 21/12/2023

## Anexo V – Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação

(Modelo)

### DECLARAÇÃO

.....

(nome da empresa)

CNPJ ou CIC nº ....., declara, sob as penas da Lei e em cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/02, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2023.

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2023

\_\_\_\_\_  
Representante legal da empresa e  
carimbo da licitante



## Anexo VI – Declaração de Enquadramento de ME ou EPP (Modelo) DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Presencial nº 033/2023

.....(razão social do  
licitante) com endereço na..... inscrita no CNPJ/MF sob o número  
..... vem, pelo seu representante legal infra-assinado, sob pena de  
submeter-se à aplicação das sanções definidas nos arts. 7º e 9º, da Lei nº 10.520/02, **declarar** que  
cumpramos os requisitos legais para efeito de enquadramento como Microempresa (ME) e Empresa de  
Pequeno Porte (EPP), estando apta a usufruir dos direitos de que tratam a Lei Complementar  
Federal nº 123/06 e suas alterações, bem como a Lei Municipal nº 8.768/17 e **não incide em  
qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da referida da Lei Complementar**, sendo  
considerada:

( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar  
Federal nº 123, de 14/12/2006;

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº  
123, de 14/12/2006.

( ) Sociedade Cooperativa de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita  
bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de  
dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art.  
34 da Lei 11.488/07.

Em ..... de ..... de 2023.

Representante legal da empresa e  
carimbo da licitante





PREFEITURA DE

**CAMPOS**

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DIFUSOS

Pregão Presencial nº 033/2023

Processo nº 2023.069.000041-6-PR

Data: 21/12/2023

## ANEXO VII - TERMO DE REFERÊNCIA



PREFEITURA DE  
**CAMPOS**  
UMA NOVA HISTÓRIA

PROTEÇÃO E DEFESA  
DO CONSUMIDOR



**PROCON**  
CAMPOS

|                                  |             |          |             |         |           |
|----------------------------------|-------------|----------|-------------|---------|-----------|
| Comissão Permanente de Licitação | Processo N° | Fis. 160 | Subprocesso | Fis. 17 | Campos/RJ |
|----------------------------------|-------------|----------|-------------|---------|-----------|

### TERMO DE REFERÊNCIA

**UNIDADE GESTORA:** FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA E DIREITOS DIFUSOS-PROCON

**RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:** CARLOS FERNANDO MONTEIRO DA SILVA

**SETOR:** SECRETÁRIO EXECUTIVO

#### **1.0 - OBJETO**

O objeto deste Termo de Referência é estabelecer as condições necessárias para aquisição de 01 veículo novo, zero Km, para atender as demandas do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos-PROCON de Campos dos Goytacazes, na quantidade, especificação e condições definidas neste estudo.

#### **2.0- JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação visa a aquisição de 01 (um) veículo 0km para o Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos- Procon Campos, buscando atender as necessidades institucionais. Buscamos a aquisição do veículo com melhor rendimento e desempenho, ou seja, mais econômicos e menos poluente - critério socioambiental, que resultará na diminuição dos custos. Visa-se, também, gerar maior conforto e segurança no transporte dos servidores durante a execução de suas atividades, como por exemplo as atividades desempenhadas pela equipe de fiscalização, além de ser levado em consideração que veículos novos tendem a apresentar menos defeitos, além de todos possuírem obrigatoriamente dispositivos de segurança como air bag, dentre outros acessórios importantes para a segurança dos servidores. A aquisição deste veículo irá melhorar o serviço da equipe de fiscalização, vez que por diversas vezes se faz necessário a equipe se dividir para fiscalizar e atender ao mesmo tempo diversas demandas urgentes advindas de vários pontos da cidade e baixada campista, havendo assim a necessidade de mais de um veículo para transportar os servidores. Consigna-se que o Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos possui apenas um veículo, qual seja um Voyage , ano 2018.

#### **3.0- QUANTITATIVO, ESPECIFICAÇÕES E REQUISITOS MÍNIMOS**

| Item | Descrição  | Qtde |
|------|--|------|
| 1    | Veículo Novo, Minivan, Zero Km; capacidade de transporte para 07 (sete) pessoas (motorista + 6 passageiros); 4 Portas laterais; ano de fabricação 2023/2024; cor branca; flex ; ar condicionado; freios ABS; air bag duplo frontal; direção elétrica ou hidráulica; vidros das portas com acionamento elétrico (no mínimo dianteiro), originais de fábrica; alarme antifurto; tanque de combustível para no mínimo 50 litros; cinto de segurança compatível para todos os passageiros; extintor de incêndio; estepe; jogo de tapetes; chave de rodas; macaco; triângulo de sinalização e todos os demais itens, equipamentos e acessórios obrigatórios, tudo em plena conformidade com as exigências do Código de Trânsito Brasileiro, do CONTRAN e demais normas pertinentes em vigor, equipado com | 01   |





PREFEITURA DE  
**CAMPOS**  
UMA NOVA HISTÓRIA

PROTEÇÃO E DEFESA  
DO CONSUMIDOR

|                                  |         |
|----------------------------------|---------|
| Comissão Permanente de Licitação | Fls. 61 |
| Processo nº                      | 61      |



**PROCON**  
CAMPOS

Fls. 13  
Campos

os demais itens de estética e segurança originais de fábrica pertinentes ao modelo ofertado, com no mínimo 3 anos de garantia, devendo vir acompanhada do certificado de garantia e do manual de instruções.

ACESSÓRIOS: Rádio AM/FM, USB/MP3, Bluetooth; instalação de película insulfilm nos vidros laterais e traseiro dos veículos, no percentual de transparência mínimo exigido na legislação.

#### 4.0- DA FORMA DE AQUISIÇÃO E ENTREGA DO VEÍCULO

A natureza do objeto deste estudo, enquadra-se como bens comuns, haja vista os padrões de desempenho de qualidade e de todas as características gerais específicas serem as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, podendo, portanto, serem licitados por meio de Pregão Presencial, com fulcro na Lei 10.520/2002.

A entrega do veículo será realizada na sede do PROCON/ Campos, situado na Avenida José Alves de Azevedo, 236, Centro, nesta cidade, de segunda a sexta feira, das 8:00 às 17:00 horas, onde serão feitas as conferências do veículo entregue, sem nenhuma despesa adicional quanto a frete, embalagens, carga ou descarga do produto.

O prazo de entrega do veículo será de 45 (quarenta e cinco) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, podendo este prazo ser prorrogado a pedido e com justificativa que deverá ser analisada pela Contratante.

Serão reprovados e devolvido o veículo que apresentar defeitos de fabricação e outros não detectados no momento da entrega que porventura venham comprometer a integridade do produto.

O veículo fornecido, deverá ter a mesma marca, modelo e especificações constantes na proposta comercial.

A entrega deverá obedecer ao exigido na ordem de fornecimento, quanto ao quantitativo, valor, prazo e especificações, não sendo permitido a entrega ou faturamento parcial ou ainda em desconformidade com o termo de referência, edital e seus anexos.

Com o propósito de evitar transtornos no momento da entrega, solicitamos da empresa contratada, quando a mesma for realizada por transportadora, que seja disponibilizado por conta da contratada, pessoa responsável para acompanhar e conferir esta entrega e em quais condições os mesmos chegaram, vez que as transportadoras não permitem a conferência dos produtos e sim, apenas a conferência de volumes. Gentileza também, fazer constar na nota fiscal o local de entrega.

#### 5.0- OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, além das normas estabelecidas no Edital de Licitação:

1- A contratada se obriga a realizar o presente contrato na forma estabelecida por este termo.





PREFEITURA DE  
**CAMPUS**  
UMA NOVA HISTÓRIA

PROTEÇÃO E DEFESA  
DO CONSUMIDOR

|                                  |             |
|----------------------------------|-------------|
| Comissão Permanente de Licitação | Processo nº |
| 62                               | 14          |
| rubrica:                         |             |
| Procon                           |             |

**PROCON**  
CAMPOS

- 2 - Executar os serviços de revisão de acordo com as especificações e/ou norma exigida no manual do veículo, utilizando ferramentas apropriadas e dispondo de infra-estrutura e equipe técnica necessária à sua execução;
- 3 - Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão, direção e mão-de-obra, com fornecimento das peças necessárias para execução completa e eficiente dos serviços de revisão, inclusive aquela necessária ao manuseio e operação dos veículos, bem como zelar pela integridade dos bens da Contratante entregues a sua guarda durante o período de garantia;
- 4 - Encaminhar ao Contratante, peças substituídas dos veículos por conta dos serviços realizados para efeito de controle colocando o nº de série da peça restituída na Nota Fiscal;
- 5 - Ressarcir a Contratante qualquer dano ou prejuízo causado aos veículos da Contratante sob sua guarda, em decorrência de sinistros ocasionais (enchentes, incêndios, desabamentos, inundações, furtos, roubo, etc.) e acidentes de trabalho;
- 6 - Permitir ao servidor credenciado pelo Contratante fiscalizar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço ou fornecimento de material que não atendam as especificações do objeto, observando sempre as exigências que lhe forem solicitadas por escrito;
- 7 - Conceder garantia de fábrica para as peças de reposição aplicadas, assim como para os serviços a contar da data da recepção do veículo pelo responsável da Contratante;
- 8 - Fornecer e manter atualizado junto ao contratante em meios manuais ou eletrônicos a tabela de serviços e peças do fabricante;
- 9 - Comunicar ao Contratante qualquer anormalidade ou dano que denote má utilização do veículo, durante o período de garantia;
- 10 - A contratada deverá apresentar garantia integral do fabricante do veículo, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem (com troca de todas as peças, exceto as de desgaste natural ou acidental).
- 11 - O veículo adquirido deve conter todos os equipamentos de segurança exigidos por Lei (extintor de incêndio, roda sobressalente, macaco, triângulo de sinalização, etc...), protetor de cárter do motor, tapetes, manuais e emplaceamento completo.

#### **6.0- CONDIÇÕES DA CONTRATANTE**

**6.1 – IDENTIFICAÇÃO VISUAL DOS VEÍCULOS** – A CONTRATADA deverá identificar os veículos com layout corporativo contendo no mínimo os seguintes itens:

6.1.1 – Logomarca com layout corporativo em autoadesivo contendo adesivos laterais (porta de motorista e do carona) com logomarcas do Procon.

6.1.2 – As artes das logomarcas serão fornecidas pelo Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos- Procon Campos dos Goytacazes/RJ após a homologação do certame.





PREFEITURA DE  
**CAMPOS**  
UMA NOVA HISTÓRIA

PROTEÇÃO E DEFESA  
DO CONSUMIDOR



Comissão Permanente de Licitação  
Fls. 63  
Rubrica: buy.  
**PROCON**  
CAMPOS



## 7.0- OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

7.1 – São obrigações da CONTRATANTE, além das normas estabelecidas no Edital de licitação:

7.1.1 – Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, nos termos do edital, de sua proposta e de acordo com as cláusulas contratuais;

7.1.2 – Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos equipamentos fornecidos, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

7.1.3 – Indicar os locais e horários para a entrega do veículo;

7.1.4 – Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;

7.1.5 – Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade apresentada pelo veículo fornecido;

## 8.0- DA FISCALIZAÇÃO

8.1 – O Fundo Municipal de Defesa do Direitos Difusos- Procon Campos dos Goytacazes/RJ reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização e avaliação sobre o veículo fornecido. Havendo desacordo com as especificações, detalhamento e condições constantes deste projeto, ficam sujeitos à aplicação das penalidades previstas no edital e seus anexos, no contrato e demais sanções cabíveis.

## 9.0- QUADRO DE FORMULAÇÃO DE PREÇOS

O levantamento de mercado foi realizado através de cotações de preços em concessionárias de veículos, onde buscamos no mínimo três cotações.

## 10.0-DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

10.1 – Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta.

10.2 – Não poderão participar os interessados que se encontrarem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionam no país nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contatar com a Administração Pública.





PREFEITURA DE  
**CAMPOS**  
UMA NOVA HISTÓRIA

PROTEÇÃO E DEFESA  
DO CONSUMIDOR



**PROCON**  
CAMPOS

|             |    |
|-------------|----|
| Comissão    | 64 |
| Permanente  | 64 |
| de          |    |
| Licitação   |    |
| Processo nº |    |



10.3 – A participação neste certame implica a aceitação de todas as condições nele estabelecidas.

10.4 – Deve ser enviada declaração de que, nos preços propostos, encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a aquisição objeto da presente licitação.

## 11 – DO PAGAMENTO

11.1 – O pagamento será efetuado pelo Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos- PROCON , em até 30 dias após a entrega do veículo, mediante apresentação de nota fiscal/fatura discriminativa em duas vias

11.2 – O recolhimento de impostos e contribuições municipais, por determinação da Secretaria Municipal de Fazenda, será realizado pelo contratante, no momento do pagamento da nota fiscal/fatura onde será abatido o imposto e/ou contribuição devida. Devendo a contratada ao emitir a nota fiscal/fatura apresentar, na mesma, a alíquota e o valor a ser recolhido.

## 12 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1 – O critério de julgamento utilizado será o de Menor Preço por item.

## 13 – DA ENTREGA

13.1 – A entrega deverá ser efetuada pela CONTRATADA após recebimento do empenho. Sendo certo, que o prazo máximo de entrega será de até 90 (noventa) dias .

13.2 – A entrega deve ser programada junto ao Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos- PROCON Campos dos Goytacazes com no mínimo uma (1) semana de antecedência.

## 14 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 – As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Termo de Referência correrão à conta da Categoria Econômica do Orçamento vigente:

- Programa de trabalho: 14.122.0095.2368.0000
- Natureza da Despesa: 449052
- Fontes de Recursos: 210

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As empresas licitantes devem submeter-se integralmente as exigências deste Termo de Referência.

Os casos omissos desse pleito serão dirimidos pela legislação vigente, em especial a Lei 8.666/1993.





PREFEITURA DE  
**CAMPOS**  
UMA NOVA HISTÓRIA

PROTEÇÃO E DEFESA  
DO CONSUMIDOR



**PROCON**  
CAMPOS

|                                  |       |
|----------------------------------|-------|
| Comissão Permanente de Licitação | Nº 05 |
| Assinatura                       | ky.   |
| Processo nº                      |       |

Campos dos Goytacazes/RJ, 16/11/2023.

**CARLOS FERNANDO MONTEIRO DA SILVA**

**SECRETÁRIO EXECUTIVO**

**MATR.40292**

Carlos Fernando Monteiro da Silva  
Secretário Executivo do PROCON  
Matr.: 40292

